



6º Encontro Internacional de Política Social
13º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Duzentos anos depois: a atualidade de Karl
Marx para pensar a crise do capitalismo
Vitória (ES, Brasil), 4 a 7 de junho de 2018

Eixo: Educação e política social.

O PAPEL DA MONITORIA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: UM RELATO DA PRIMEIRA MONITORIA DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NA UEMG-CARANGOLA

Marina Rodrigues Corrêa dos Reis¹
Sara de Oliveira Alves²

Resumo: Tendo em vista o início da Monitoria de Serviço Social no período de 2017 na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Campus Carangola (MG), este trabalho tem por objetivo relatar a experiência da Monitoria na disciplina de Política Social na instituição citada. A partir de uma perspectiva crítica a respeito da educação, e da forma como a política educacional se estruturou no país, é que a atividade de monitoria realizada no curso de Serviço Social será esmiuçada. Pretende-se compartilhar a experiência desta atividade, relatando os desafios e as estratégias utilizadas para melhor contribuir na formação profissional crítica e competente.

Palavras-chave: Educação bancária; Monitoria; Serviço Social; Política Social; Formação profissional.

THE ROLE OF MONITORING IN VOCATIONAL TRAINING IN SOCIAL WORK: AN ACCOUNT OF THE FIRST MONITORING OF THE SOCIAL WORK COURSE AT UEMG-CARANGOLA

Abstract: In view of the beginning of the Social Work Monitoring in the University of Minas Gerais (UEMG), Campus Carangola (MG), in 2017, the objective of this work is to report the experience of Monitoring in the Social Policy discipline in the mentioned institution. From a critical perspective regarding education, and the way education policy was structured in the country, is that the monitoring activity carried out in the Social Work course will be scrutinized. It is intended to share the experience of this activity, reporting the challenges and strategies used to better contribute to critical and competent professional training.

Keywords: Banking education; Monitoring; Social service; Social Policy; Professional qualification.

Introdução

Este trabalho busca socializar uma experiência universitária inédita ocorrida na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) - Unidade Carangola em 2017. A monitoria segundo o Regimento Geral da UEMG deve ser trabalhada e oferecida pela instituição. No ano em questão, a unidade deu início ao procedimento de seleção de monitoria e introduziu essa atividade para seus discentes, em específico, alunos do curso de Serviço Social.

¹ Doutoranda em Serviço Social pela UERJ. Mestra em Serviço Social pela UFJF. E-mail: <marinarreis@hotmail.com>.

² Graduada em Serviço Social pela Universidade do Estado de Minas Gerais, Campus Carangola (MG). E-mail: <saraoliveiralves@gmail.com>.

Para problematizar a experiência em questão, a política de educação vigente é apreendida como uma política social central, entretanto com limites de ordem estrutural. O presente modelo educacional conservador está vinculado ao modelo econômico vigente, nesse sentido Meszáros (2008) aponta que, a luta pela compreensão da educação em seu sentido amplo deve estar articulada com a luta pela supressão do capital.

A partir desta perspectiva crítica a respeito da educação, e da forma como a política educacional se estruturou no país, é que a atividade de monitoria realizada no curso de Serviço Social será esmiuçada.

1. A educação em questão: a monitoria como espaço de aprendizagem emancipatória

O direito à educação é assegurado por lei e se encontra no art. 205 da Constituição Federal de 1988, onde faz alusão ao acesso universal dessa política. De acordo com a lei federativa do Brasil, “[...] a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, p. 121).

No entanto, embora a CF/88 represente um marco histórico de forte influência da população na sua elaboração, a mesma, segundo Reis (2016), ainda possui caráter conservador em seus artigos. Isso, pois, ainda existem termos em seus artigos que podem tornar o acesso aos serviços públicos seletivos e focalizados. Outro entrave é a precarização e racionamento das políticas sociais que, segundo Vianna (2011), acarreta questionamentos sobre a efetividade das mesmas.

Nesse período existia forte apelo dos bancos internacionais para a evasão do capital financeiro para a América Latina. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011). Esse procedimento é realizado através de acordos internacionais, onde os bancos financiam o desenvolvimento dos países emergentes através de empréstimo em troca de concessões. Cabe frisar que a expansão da rede privada no Brasil ocorreu de forma singular das demais localidades latino-americanas, pois “[...] o escopo, os métodos e as modalidades de privatização são diversos” (LEHER, 2003, p. 8).

A partir dos anos 1990 e, de forma mais consistente em 1994, o governo brasileiro (governos de Collor de Mello e FHC, respectivamente, assume como orientação para as políticas econômicas e sociais os ditames neoliberais fundados na lógica proposta no Conselho de Washington [...] (estabilização monetária, abertura comercial e privatização) e nos preceitos de um ‘social-liberalismo’ que não se distingue concretamente das experiências neoliberais de redução do Estado na área social (FILHO et al., 2012, p. 3).

Os ajustamentos da política social ao projeto hegemônico faz com que os serviços prestados à população sigam de maneira focalizada, mercantil, filantrópico e assistencialista. No âmbito da educação, o entrave central para a universalização da política em voga, passa a ser a oferta com cunho mercantil.

Seguiram as diretrizes dos organismos internacionais, cuja tese é a de que o sistema de ensino superior, deve se tornar mais diversificado e flexível, objetivando uma expansão com contenção nos gastos públicos. Essa flexibilização na oferta do ensino superior fortaleceu-se com a construção de um consenso sobre a ineficiência e ineficácia dos serviços públicos em geral. No caso específico da universidade pública, ganhou força o argumento da necessidade de diversificação das fontes de financiamento, via setor privado, e o fortalecimento da expansão do ensino superior privado, por meio da liberalização dos serviços educacionais e da isenção fiscal (MEDEIROS [s.d.], p. 3).

A privatização das universidades brasileiras toca numa questão central: a autonomia universitária. A gênese desta concepção de autonomia ocorre no auge do pensamento liberal entre os séculos XVII e XVIII, que se posicionava a favor da emancipação do homem ao social, principalmente no que se referia à influência religiosa (LEHER, 2003).

Sob o égide neoliberal, tal autonomia é condicionada a ordem e a mão invisível do mercado. Sobre tudo, a liberdade e a autonomia são associadas ao livre mercado, aonde este último conduziria sozinho o equilíbrio da sociedade. Para os neoliberais, o Estado é identificado como entrave para a liberdade almejada e “é causa exclusiva das dificuldades das sociedades contemporâneas” (LEHER, 2003, p. 9). A partir desse pressuposto, os acordos internacionais ocorridos na década de 1980 sugerem universidades livres da organização estatal para seguir as normas do mercado fazendo com estas instituições de ensino superior permaneçam dentro dos preceitos neoliberais (LEHER, 2003).

Além disso, Segundo Leher (2003), para os organismos internacionais, como o Banco Mundial, não há interesse sobre a evolução do país, mas de reafirmação do seu papel no mercado mundial. Como proposta de governo, Fernando Henrique Cardoso

reprime o desenvolvimento das universidades e prioriza o ensino elementar. Isso contribui na reprodução da pobreza, uma vez que esse tipo de educação não oferece espaço para reflexão como as pesquisas encontradas na universidade. Em outras palavras, o Brasil segue adscrito na ordem mundial como um polo de exportação de matéria-prima, em que a ausência do devido investimento em pesquisas reafirma o caráter subdesenvolvido do país.

Outro aspecto importante que deve ser salientado é sobre a maneira que a educação é organizada dentro da sociedade capitalista. Segundo o Conselho Federal de Serviço Social, a educação

Não se estrutura como forma de assegurar modos autônomos de pensar e agir. Mas se reveste hoje, sob a marca das inversões que são necessárias à reprodução do sistema metabólico do capital, em um processo de ampliação das formas de acesso e permanência em diferentes níveis e modalidades educacionais: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação profissional e tecnológica, educação de jovens e adultos, educação especial e educação superior, a partir do desenvolvimento de programas assistenciais, incentivo à contratação de crédito e forte transferência de recursos do fundo público para a burguesia educacional (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2014, p. 20-21, grifo nosso).

Este tipo de organização educacional segue uma lógica bancária, onde o educador deposita informações ao educado sem alguma abertura ao diálogo ou questionamento. Por consequência, a realidade se torna um objeto estático, onde implica um sujeito que narra e um que ouve.

A narração, de que o educador é o sujeito, conduz os educandos à memorização mecânica do conteúdo narrado. Mais ainda, a narração os transforma em “vasilhas”, em recipientes a serem “enchidos” pelo educador. Quanto mais vá “enchendo” os recipientes com seus “depósitos”, tanto melhor educador será. **Quanto mais se deixem docilmente “encher”, tanto melhores educandos serão. Desta maneira, a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante. Em lugar de comunicar-se, o educador faz “comunicados” e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem.** Eis aí a concepção “bancária” da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los. Margem para serem colecionadores ou fixadores das coisas que arquivam [...] **na visão “bancária” da educação, o “saber” é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber.** Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão a absolutização da ignorância, que constitui o que chamamos de alienação da ignorância, segundo a qual esta se encontra sempre no outro (FREIRE, 1996, p. 57, grifo nosso).

A educação dos homens ocorre de forma mútua e exerce papel central nas relações sociais que vão além dos espaços contidos nas entidades de ensino. Segundo Freire (1996), “[...] os homens se educam entre si [...] se educam em comunhão [...]”, sob a troca de experiência. Nesse sentido, o educador e o educando crescem juntos, observando novos desafios e se mobilizam para a obtenção de resposta para tais desafios. A partir desse movimento vão adquirindo mais e mais conhecimento, por fim, interagem esses conhecimentos com o mundo (FREIRE, 1996).

A aprendizagem está em todo o processo de nossa vida e todo homem contribui com seu intelecto para a transformação do mundo, cabendo questionar-se se está sendo utilizada a favor ou não da manutenção da ordem. Sobre a questão, não se trata que reformulações e reparos institucionais, mas romper de fato com a lógica dominante para assim “contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente” (MESZAROS, p. 27, 2008).

Segundo o CFESS, a educação deve ter caráter emancipatório, e não mera reprodução de conhecimento.

A ampliação do campo dos direitos sociais, como forma de compreender a cidadania em seu sentido mais classista e menos abstrato, tem no reconhecimento da Política de Educação como um direito social a ser universalizado um dos momentos deste processo de mobilização e luta social, mas como meio e não como finalidade de realização de uma nova ordem social. Nesta direção, a concepção de educação em tela não se dissocia das estratégias de luta pela ampliação e consolidação dos direitos sociais e humanos, da constituição de uma seguridade social não formal e restrita, mas constitutiva desse amplo processo de formação de autoconsciência que desvela, denuncia e busca superar as desigualdades sociais que fundam a sociedade do capital e que se agudizam de forma violenta na realidade brasileira (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2014, p. 22).

Mas como falar de consciência de classe em momentos de crise em que a classe trabalhadora se encontra fragilizada? É este questionamento que Monteiro (2017) faz em relação à mobilização social nas instituições de ensino superior. O estilo de vida – próprio da sociedade capitalista – acelerado, com sobrecarga de atividades, contribui para a não participação dos trabalhadores em atividades reivindicatórias e os impedem de debruçar sobre sua própria realidade.

Dessa forma, o sistema educacional, pautado numa lógica bancária de educar condiciona a reprodução conservadora da aprendizagem, distancia-se também a formação da consciência de classe. É nessa conjuntura que se coloca a potencialidade da atuação

do Serviço Social na política de educação, ao pautar suas ações numa perspectiva crítica, de formação de sujeitos sociais providos de autonomia.

Nessa perspectiva que o desenvolvimento da monitoria na formação profissional em Serviço Social se apresenta como espaço reservado e destinado para a reflexão da matéria estudada em sala de aula e se manifesta como uma atividade dotada de grande capacidade de criar uma forma de aprendizagem distinta da bancária.

2. Proposta pedagógica da monitoria na Universidade do Estado de Minas Gerais

A Unidade de Carangola, atendendo Resolução CONUN/UEMG N° 374/2017, de 26 de outubro 2017, que estabelece o Regimento Geral da Universidade do Estado de Minas Gerais, cumpre em 2017 com suas atividades estabelecidas na resolução no que diz respeito à monitoria, abrindo espaço para monitoria de Serviço Social na unidade. Assim dispõe,

Art. 119. A Universidade oferecerá monitoria a ser exercida por seus estudantes.

§1º A função de monitoria compreende exercício de atividades de caráter técnico-didático, desenvolvidas por discentes no âmbito de determinada disciplina, sob a orientação direta do respectivo docente.

§2º A monitoria não caracteriza vínculo empregatício.

Art. 120. A Universidade poderá instituir bolsas para monitores incumbidos de colaborar nas atividades dos cursos, observada a legislação vigente.

§1º o valor da bolsa será fixado, anualmente, pelo Conselho Universitário, mediante proposta do Reitor, observada a legislação vigente.

§2º A monitoria poderá também ser exercida em caráter voluntário, sem remuneração.

§3º O orçamento da Universidade consignará recursos para o atendimento ao programa de monitoria.

Art. 121. A Universidade manterá quadro de monitores, a ser preenchido por estudantes dos cursos de graduação que tenham tido rendimento satisfatório nas disciplinas já cursadas.

A resolução também faz alusão às obrigações concernentes a monitoria, como,

I – prestar, sob orientação de professores da disciplina, doze (12) horas semanais de efetivo trabalho de monitoria;

II – auxiliar os estudantes, orientando-os em trabalhos de laboratório, de biblioteca, de campo e outros relacionados com o curso.

Parágrafo único. A exigência de carga horária prevista no inciso I, não se aplica aos monitores voluntários.

Art. 125. Perde a função, com cancelamento automático da monitoria, o estudante que não cumprir as atribuições previstas no respectivo programa.

O início da monitoria na unidade se apresenta como marco histórico de grande importância para os estudantes. Isso, pois, a monitoria, segundo Frison (2016),

Tem sido utilizada [...] como estratégia de apoio ao ensino, especialmente para atender estudantes com dificuldades de aprendizagem. Percebe-se, em sua aplicabilidade, que ela conserva a concepção original, pela qual os estudantes mais adiantados nos programas escolares auxiliam na instrução e na orientação de seus colegas. **Respaldada em lei, essa estratégia, prevista nos regimentos das instituições e nos projetos pedagógicos institucionais, pode potencializar a melhoria do ensino de graduação, mediante a atuação de monitores em práticas e experiências pedagógicas, em disciplinas que permitam articulação entre teoria e prática e integração curricular. Visa também oportunizar ao graduando atitudes autônomas perante o conhecimento, assumindo, com maior responsabilidade, o compromisso de investir em sua formação. A monitoria tende a ser representada como uma tarefa que solicita competências do monitor para atuar como mediador da aprendizagem dos colegas, contando, para sua consecução, com a dedicação, o interesse e a disponibilidade dos envolvidos** (FRISON, 2016, p. 139, grifo nosso).

Embora a educação formal seja organizada de forma bancária e funcional ao sistema capitalista, existem espaços nas instituições públicas de ensino que devem valer-se pelos sujeitos inseridos neste ambiente educacional. Cabe utilizar-se desses espaços institucionalizados destinados a monitoria para repensar uma proposta pedagógica que atenda ao objetivo de reflexão por parte dos sujeitos, a fim de obterem uma apreensão crítica da própria realidade. Desse modo, embora as questões estruturais no âmbito educacional imponham relações hierárquicas, a monitoria cabe trabalhar numa perspectiva dialógica que tem a potencialidade de romper com esse padrão educacional.

2.1 Primeira experiência de monitoria no curso de Serviço Social da UEMG: a centralidade dos estudantes no processo de formação profissional

A atividade de monitoria desenvolveu-se na disciplina de Política Social, disciplina central na formação profissional em Serviço Social. Ao se pautar em metodologias de ensino em que o educando é o sujeito central do processo de aprendizagem, numa espécie de aula invertida, a professora e a monitora são orientadoras no processo educacional. Para tanto, foram utilizadas metodologias ativas de ensino, em que os estudantes participam ativamente das aulas e monitorias, através de atividades de

discussões de situações reais e análises em grupo, com intuito que seja desenvolvido uma visão crítica e reflexiva da realidade (HANNAS, 2017).

Desde a primeira aula, buscou-se levantar questionamentos sobre a temática da disciplina, para alcançar uma maior proximidade entre o debate acumulado no campo da Política Social e a vida dos discentes. Ao se pautar em uma metodologia participativa, que parte do conhecimento prévio e acumulado pelos educandos é que em consonância com Paulo Freire (1996, p. 47), se parte da premissa de que os alunos precisam visualizar a utilidade do conhecimento adquirido, através de uma educação dialógica: “Somente o diálogo, que implica num pensar crítico, é capaz, também, de gerá-la”.

Nessa perspectiva foram utilizados distintos recursos estéticos¹ com intuito de instigar os educandos para a relevância da temática – Política Social – não apenas para a formação profissional em Serviço Social, assim como a preponderância das políticas sociais na vida social. Ao se partir da realidade imediata da sala de aula, como um exemplo claro de uma sistematização oriunda de uma política social específica, a política de educação nesse caso, para de modo articulado se refletir sobre como a política social foi elaborada, quais as relações sociais travadas nesse processo histórico e contemporâneo.

A disciplina de Política Social, de acordo com o projeto pedagógico de Serviço Social da UEMG, tem como ementa:

Política social no Brasil. A relação histórica entre o estado e a sociedade no Brasil e a conformação da política social. A política social pós 1930: “cidadania regulada” e “cidadania invertida”. Previdência Social no Brasil e a ação do Estado. A ditadura militar e a política social: a americanização perversa. A Constituição Federal de 1988 e as consequências para a política social. Neoliberalismo e política social no Brasil. A Assistência Social como política pública. A centralidade da Assistência social nos anos 2000. A previdência social hoje, tendência e privatização.

A partir dessas diretrizes, exemplos contemporâneos foram tomados no decorrer da disciplina como objeto de estudo à luz do acúmulo teórico trabalhado em sala de aula. Questões como a reforma trabalhista; a proposta de reforma da previdência sob a justificativa do “déficit da previdência”; proposta de emenda constitucional de congelamento dos gastos sociais, e demais medidas neoliberais adotadas pela gestão pública propiciaram que o debate e a articulação de conteúdos e aplicabilidade destes, acontecessem em sala de aula.

¹ Quadro artístico, vídeo, documentário, música.

Outra metodologia ativa desenvolvida em sala de aula, o “jogo-aula” proporcionou uma forma inovadora de aprendizagem. Essa atividade é realizada com o intuito de que os educandos discutam entre si o conteúdo desenvolvido na disciplina. Através de um jogo de tabuleiro são trabalhadas questões objetivas com a turma, que é dividida em grupos, cada grupo elege um líder responsável por apresentar a resolução das questões resolvidas coletivamente pelo respectivo grupo.

Especificamente em relação à monitoria, essa atividade seguiu a mesma linha pedagógica da disciplina em voga. Embasada no diálogo e partindo do conhecimento prévio dos educandos, distintas atividades didáticas foram desenvolvidas pela monitora juntamente com os discentes, como estudo dirigido, correção da prova, tira-dúvidas, orientação nas pesquisas desenvolvidas. Os discentes ficaram livres para criarem um canal de comunicação com a monitora, sendo criado um grupo na rede social para esse fim.

Parte da adoção das propostas metodológicas da monitoria acontecia de forma democrática que visasse sempre a coparticipação de todos. As reuniões eram marcadas em conjunto para que todos os discentes pudessem participar, sendo os horários e os dias flexíveis para a realização dos encontros. Assim também procedeu com os pontos que necessitavam de maior abordagem da matéria estudada em sala de aula. Este procedimento, no entanto, não comprometeu a organização da monitoria e sua efetivação ao longo do processo, pois a comunicação foi um dos principais elementos desenvolvidos, uma vez que o contato realizado por vias digitais intensificou a relação entre a monitoria e os educandos.

As orientações realizadas pela professora com a monitora em tela aconteciam com frequência semanal, discutindo o planejamento e desenvolvimento da disciplina, as questões trabalhadas na monitoria, o retorno da turma sobre a disciplina, de modo geral. Cabe ressaltar que um fator essencial para o melhor desenvolvimento da primeira experiência de monitoria no curso de Serviço Social na disciplina de Política Social, foi o esforço coletivo pautado na articulação entre os sujeitos, que possibilitou o estreitamento de vínculo entre educador e educandos, gerando a confiança necessária para a evolução do processo de aprendizagem.

Além disso, a relação de aluno-aluno se apresenta de forma distinta a relação aluno-professor. Quando estudantes comunicam-se um para com outros estudantes a linguagem se torna familiar, o que promove liberdade entre os alunos para debaterem

sobre a matéria exposta dentro da sala de aula. Pode-se observar uma articulação entre o professor e os alunos, onde o monitor exerce o papel intermediário. Isso, pois, o monitor está em contato direto com ambos os sujeitos e contribui tanto para a análise do professor sobre sua metodologia em sala de aula, quanto para a compreensão da matéria por parte dos alunos.

A partir da vivência da monitoria foi perceptível o desafio dos educandos romperem de certa forma, ou minimamente conhecerem uma metodologia dialógica. Tal comportamento está enraizado em todo o processo de educação que vivenciaram desde o ensino básico. A ideia de interação e reflexão sobre as informações não é familiar para o aluno e este, reproduz o modelo conservador de educação. Outro fato ocorrido na monitoria é a forma que estes alunos visualizavam a monitora. Em geral a visualizavam como uma professora, e não como outro educando construindo conhecimento conjuntamente. Essa visão ocasiona e mantém a existência de hierarquia nos encontros da monitoria, mantendo uma relação hierárquica entre educador e educando, ou seja, de quem sabe mais sobre quem sabe menos, como ressalta Freire (1996).

Para que este entrave fosse superado, coube à monitoria trabalhar com uma perspectiva que rompesse com esta estrutura de educação. As atividades foram realizadas com o intuito de que os alunos refletissem sobre a matéria discutida em sala de aula, o que nesse caso aconteceu. A monitoria trabalhou correlacionando a matéria estudada com recortes do real, o que contribuiu para que os alunos fizessem a devida articulação entre tais polos.

Dessa forma, a monitoria contribuiu para a promoção de espaços direcionados para o aprofundamento das matérias apresentadas na sala de aula, e que resultaram em profundos debates e reflexões. Tais reflexões trazem particularidades de cada aluno e cria espaço para diferentes perspectivas de compreensão da realidade. Refletir esta realidade condiciona os sujeitos para um olhar crítico dos fenômenos sociais. Para os alunos da graduação em Serviço Social, obter uma compreensão crítica do real permite maior compreensão do projeto ético político da profissão, pois, a fim de responder os desafios do real, propõe uma atuação crítica com posição política vinculada a classe trabalhadora.

3 Considerações finais

A perspectiva neoliberal desenvolvida no país nos anos 1990 reforça a colaboração da educação na reprodução de força de trabalho dentro do sistema capitalista e a transforma em mercadoria, ocasionando consequências maléficas para sua efetivação numa perspectiva emancipadora. O Serviço Social abordando de forma crítica esse contexto segue na contra mão da educação bancária. Esse posicionamento político a favor da classe trabalhadora é reforçado pelo CFESS, que visa uma educação emancipatória dos sujeitos, que permite a reflexão da própria realidade.

Em momentos de crise do capital, as instituições prestadoras de serviços públicos, como as instituições públicas de ensino, são o primeiro segmento a sofrer cortes em seu financiamento. Diante dos cortes orçamentários nas universidades distintos meios são acessados para exercer suas funções sem grandes gastos. No Regimento Geral da UEMG, o art. 120, dispõe sobre a instituição de bolsas para os monitores, no entanto, logo em seguida, em seu inciso 2º, ressalta que a monitoria pode ter caráter voluntário, o que retira da universidade a responsabilidade de remuneração dos monitores.

Outro ponto em destaque faz alusão à ótica dos alunos em relação à monitoria ofertada na instituição. Nos espaços destinados aos encontros, inicialmente os educandos reproduziam a educação bancária adquirida nos anos anteriores de formação. A monitoria desta forma se revelou uma experiência inédita para todos os envolvidos, desde os professores aos alunos do curso de Serviço Social.

O desenvolvimento da monitoria nesse sentido pode transformar a concepção de educação depositante em uma educação reflexiva. A forma democrática na escolha de dias, horários e os pontos da disciplina levantados para maior aprofundamento, despertou nos educandos um novo modo de ver o educador. Uma vez que ao atuar na co-organização da monitoria, possibilitou a criação de um diálogo em posições sociais equânimes, em que a ausência de hierarquia construiu o vínculo necessário para que a aprendizagem seja construída coletivamente.

Contudo, a experiência oriunda da primeira monitoria no curso de Serviço Social propiciou uma maior proximidade entre educador e educandos. A partir da nova perspectiva de aprendizagem criada no espaço das monitorias e abriu a possibilidade para a construção de uma apreensão crítica em relação a temática discutida – a partir de articulação e problematização constantes entre a realidade dos discentes e a disciplina de

Política Social – e ao próprio processo de ensino, uma vez que as metodologias ativas utilizadas propiciaram maior autonomia dos educandos nesse processo.

Cabe ressaltar que a apropriação do conhecimento construído coletivamente como pertencente a realidade dos discentes – não como um conhecimento externo, alheio aos mesmos e portanto sem utilidade – aponta para a potencialidade da educação dialógica, desenvolvida na monitoria e na disciplina como um todo, como uma ferramenta central para romper com a educação bancária, conforme aponta Freire (1996).

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 35. ed. Brasília (DF): Câmara dos Deputados, Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. Brasília (DF), 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRISON, B. M. L. Monitoria: uma modalidade de ensino que potencializa a aprendizagem colaborativa e autorregulada. **Pro-Posições**, v. 27, n. 1, p. 133-153, jan./abr. 2016.

HANNAS, T. R. **Metodologias ativas de ensino**: manual de aplicação. Belo Horizonte: 3i, 2017.

LEHER, Roberto. Projetos e modelos de autonomia e privatização das universidades públicas. **Revista da Aduel**, p. 7-20, set. 2003.

MEDEIROS, M.L.; Lima, N.R.; Chave, L.J. V. **Reforma da Educação Superior Brasileira**: de Fernando Henrique Cardoso á Luiz Inácio Lula da Silva: Políticas de expansão, diversificação e privatização da educação superior brasileira. [S.l.], [20--?].

MESZAROS, Istvan. **A educação para além do capital**. [Tradução: Isa Tavares] 2. ed. São Paulo, Biotempo, 2008.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, M.L. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo? Cortez, 2011.

MONTEIRO, O. J. Que a universidade se pinte de povo. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 129, p. 265-284, maio/ago. 2017.

REIS, Marina R. **C.O braço esquerdo do capital e a lógica onímota do trabalho**: gênese, função e análise imanente da política de Assistência Social no Brasil. Juiz de Fora, 2016.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MINAS GERAIS. **Resolução CONUN/UEMG N° 374/2017, de 26 de outubro 2017. Estabelece o Regimento Geral da Universidade do Estado de Minas Gerais.** Belo Horizonte, 2017.

VIANNA, Maria Lucia T. Werneck. **A Americanização (Perversa):** da Seguridade Social no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 2011.